

## **A REVISÃO CONSTITUCIONAL DE 1993**

**ADHEMAR FERREIRA MACIEL\***

*Juiz do Tribunal Regional Federal 1ª Região*

A Associação dos Assessores Legislativos do Senado Federal está promovendo em Brasília um "Ciclo de Conferências sobre a Constituição Federal: análises e propostas para a revisão constitucional de 1993".

A muita gente parece estranho: mal a Constituição foi promulgada, já se está cogitando de sua "revisão". Não seria isso um típico sintonia bem brasileiro de instabilidade político-constitucional?

As constituições, quando feitas, têm a natural pretensão da perenidade. Mas o legislador constituinte sabe de antemão que a maior garantia da própria constituição está em se permitir sua revisão, nos termos em que ela mesma prescrever. Daí se procurar fixar um prazo para a primeira revisão e o estabelecimento da matéria que deve ficar fora do alcance do poder de revisão.

As constituições, como as leis em geral, têm de ser revistas e alteradas de tempo em tempo. Se assim não se fizer, elas não acompanharão a evolução das sociedades para as quais são destinadas. As constituições, embora procurem "forjar" a sociedade para o futuro, são, no fundo, muito mais fruto da própria sociedade.

Sábio, assim, o constituinte brasileiro de 1988 ao inserir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a "revisão constitucional" após o decurso do prazo de cinco anos da promulgação (art. 3º).

A Constituição brasileira, por ser analítica ao extremo, impõe, fatalmente, revisões freqüentes.

Foi fácil, por exemplo, para a Constituição dos Estados Unidos da América atravessar dois séculos com apenas 26 emendas (as dez primeiras foram feitas de uma só vez, em 1791). A Constituição americana é sintética. Só um capítulo de nossa Carta de 1969 ("Do Sistema Tributário") tinha muito mais palavras do que toda a Constituição dos Estados Unidos...

No curso de cinco anos da existência e regência da Constituição, teremos ensejo de verificar que muita matéria que foi "constitucionalizada" ali não poderia estar. Deveria ter sido objeto de legislação infraconstitucional, que pede um procedimento menos agravado (lei complementar) ou simples (lei ordinária).

Se o texto constitucional permanecesse tal como está, a Constituição, aos poucos, iria perdendo sua normatividade, o que seria desastroso. Daí a necessidade de sua revisão para que se suprima ou altere aquilo que foi resultado de aqodamento e cristalização de interesses tipicamente particulares.

As revisões têm, pois, de ocorrer. Só não podem ser muito freqüentes. Daí ter Konrad Hesse bem apanhado a essência do problema: "A constitucionalização de interesses momentâneos ou particulares impõe uma constante revisão constitucional, com a inevitável desvalorização da força normativa da Constituição".

Toda constituição tem ou deve ter sua linha de filosofia, seus fundamentos político-filosóficos. Tais fundamentos – por serem fundamentos – devem ser respeitados pelo poder revisor.

Nossa Constituição, à semelhança das Constituições de Portugal (art. 290), da Itália (art. 139) e da Lei Fundamental de Bonn (art. 79, nº 3), também traz um elenco de matérias proibidas ao legislador revisional. Diz no art. 60: "§ 4º. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de

Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais".

Rompendo com toda nossa tradição anterior, a Constituição atual permite que o eleitorado – detentor direto da soberania – rejeite a forma (república) e o sistema de governo (presidencialismo) em consulta plebiscitária já marcada para o dia sete de setembro de 1993.

À evidência, se o eleitorado votar pela continuidade do presidencialismo e da república, a seus delegados – os legisladores da revisão – não será dado contrariar a vontade popular. Seria um contra-senso.

Problemas doutrinários com repercussão prática poderão surgir em 1993. Por exemplo: o legislador revisional pode colocar no texto "qualquer matéria", ainda que contrária à linha político-filosófica da Constituição? Pode, ainda, suprimir o próprio dispositivo constitucional (art. 60, § 4º) que fixa a matéria que não deve ser objeto de revisão? O Poder Judiciário pode ser provocado para declarar a inconstitucionalidade da revisão, assunto fortemente político?

Um melhor entendimento só pode ser aquele segundo o qual o legislador constituinte é sempre superior ao legislador da revisão. Se assim não se entender, o poder revisional acabaria por aniquilar a própria Constituição, fenômeno que os doutrinadores de língua alemã chamam de **Verfassungsbeseitigung** – a eliminação da Constituição.

Nossa Constituição é boa. Vale a pena ser defendida e preservada. Com reparos periódicos será capaz de nos guiar ao longo do século vinte e um.